

**Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)**

# **As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 2**



Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e  
a Competência no Desenvolvimento Humano  
2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará



Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-515-0 DOI 10.22533/at.ed.150190607  1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.  CDD 301
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019



## APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura e todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

# SUMÁRIO

## SAÚDE E CIDADANIA

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(RE)ENCONTRANDO SENTIDO NOS (DES)ENCONTROS DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Henrique Carlos Santana Redman	
DOI 10.22533/at.ed.1501906071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS AD	
Beatriz Holanda Macena	
Esequiel Pagnussat	
Herbênia Carmen de Lima Oliveira	
Isadora da Silva Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.1501906072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A TRANSFORMAÇÃO DAS TECNOLOGIAS MÉDICAS E A ORGANIZAÇÃO DA MEDICINA COMO CIÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda	
Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1501906073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
ANOMIA JURÍDICA ENQUANTO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL	
Francisco Edmilson Dias Araújo	
Antonia Lourenny Epifanio Souza	
Francisco Fernando Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1501906074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>36</b>
TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM	
João Marcos Ferreira Gonçalves	
Eduardo Luiz Muniz Medeiros	
Ítalo Moreira Leite	
João Paulo de Paiva Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
PROJETO DE INTERVENÇÃO COLETIVA: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO MÉDICA ATUAL	
Lucas Nunes Meireles	
Gabriela de Oliveira Carvalho	
Rafaela Lima Camargo	
Yolanda Schiavo Schettino de Oliveira Borges	
Roberta Mendes Von Randow	
Tatiana Vasques Camelo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906076	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
POLIOMIELITE: O FIO DA NAVALHA	
Maria Cristina Baluta	
Dircéia Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1501906077</b>	
<b>EDUCAÇÃO E CIDADANIA</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>70</b>
ESTUDAR E VIVER NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS	
Rubens da Silva Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1501906078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>84</b>
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO PROESDE NA UNISUL	
Milene Pacheco Kindermann	
Rosiléia Rosa	
Ivana Marcomin	
Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa	
Flávia Wagner	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1501906079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>95</b>
HABILIDADES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS DA FACIG, NOS CURSOS DA ÁREA DE EXATAS	
Iara Duarte Moreira	
Laís da Silva Huebra	
Juliana Santiago da Silva	
Márcio Rocha Damasceno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>106</b>
IMPORTÂNCIA DO PERFIL EMPREENDEDOR PARA OS GESTORES/COORDENADORES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
Cristina Nunes Rocha	
Andréia Almeida Mendes	
Daniel José Rodrigues da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>122</b>
METODOLOGIA IRDI NAS CRECHES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
Ana Paula Magosso Cavaggioni	
Michelle Cristine Tomaz de Oliveira	
Miria Benincasa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060712</b>	



<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>134</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	
Cláudio Eduardo Resende Alves Magner Miranda de Souza Nilma Coelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ivana Alves Monnerat de Azevedo Mauriane Almeida Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>162</b>
GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?	
Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra Anna Jéssica do Vale Bonamigo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>171</b>
PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL À DIGNIDADE HUMANA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS	
Maíra Bogo Bruno Jaqueline de Paula e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>182</b>
PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ATIVIDADES DE ROBÓTICA EDUCACIONAL	
Angel Pena Galvão Paulo Marcelo Pedroso Pereira Andrik Guimarães Ferreira Clayton André Santos Maia Aloisio Costa Barros Irley Monteiro Araújo Juarez Benedito da Silva Alan Christian da Silva Pinheiro Alan Cristian Martins Ribeiro Marcio Juvenal Cardoso Tapajós Eunice Raimunda Vinhote de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060717</b>	

## JUSTIÇA E CIDADANIA

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>190</b>
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho Camila Braga Corrêa João Pedro Schuab Stangari Silva Luíza Carla Martins da Rocha Tuler Natália da Luz Mendes Rinara Coimbra de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>202</b>
ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: ALTERIDADE NO RECONHECIMENTO DE DIREITOS PARA POVOS INDÍGENAS	
Gabriel Moraes de Outeiro Durbens Martins Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>213</b>
CRIME DE VILIPÊNDIO: O DIREITO À MEMÓRIA DE PESSOAS FALECIDAS E SUA VIOLAÇÃO PELAS REDES SOCIAIS	
Lorena Almeida Vieira Rodrigo Oliveira Santana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>225</b>
O PSICODIAGNÓSTICO RORSCHACH COMO MÉTODO INVESTIGATIVO NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE JOVENS QUE COMETERAM HOMICÍDIOS	
Ana Beatrice Colares Rocha Maria das Dores Carneiro Pinheiro Patrik Hilliard Silva dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS	
Camila Braga Corrêa Diego Henrique Damasceno Coêlho Bernardo Henrique Pereira Marcial Emmanuelle da Silva Viana Fábio da Costa Batista Gomes Julliana Victória Almeida Roberto João Pedro Schuab Stangari Silva Rinara Coimbra de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>243</b>
A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA E AS QUOTAS GRAVADAS POR PENHOR: A BOA-FÉ COMO LIMITE DA REALIZAÇÃO DOS HAVERES NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETIRADA	
Alicya Cordeiro Evangelista Pontes João Matias Costa Sobrinho Alessandro Barbosa de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060723</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>248</b>
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho	
Camila Braga Corrêa	
João Pedro Schuab Stangari Silva	
Luíza Carla Martins da Rocha Tuler	
Natália da Luz Mendes	
Rinara Coimbra de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>260</b>
JUSTIÇA RESTAURATIVA, PRÁTICAS RESTAURATIVAS E CULTURA DA PAZ: PERSPECTIVAS PARA O PROCESSO REFLEXIVO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS	
Nei Alberto Salles Filho	
Daniele Cristina Bahniuk Mendes	
Thais Cristina dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15019060725</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>268</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>269</b>



## O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### Ivana Alves Monnerat de Azevedo

Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e  
Humanas (CSEH)

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

### Mauriane Almeida Machado

Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e  
Humanas (CSEH)

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis-  
GO

**RESUMO:** Durante muitos séculos, a educação da criança brasileira permaneceu sob a responsabilidade da família, principalmente da mãe, haja vista, que a instituição ‘creche’ surgiu somente no final do século XIX, decorrente dos processos de industrialização e de urbanização. Nessa perspectiva, o presente texto tem a finalidade de destacar e analisar os principais fatos históricos relativos ao surgimento e a implantação da Educação Infantil no Brasil à luz dos pressupostos básicos apresentados por KUHLMANN JR. (2000), NASCIMENTO (2015) e OLIVEIRA (1992; 2005). No estado de Goiás e na cidade de Anápolis-GO, os dados teóricos são destacados por PERES (2012), BARBOSA (2008), FONSECA (2014), SILVEIRA (2013), TOSCHI e ANDERI (2007), e FERREIRA (2011).

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Básica. Políticas Públicas. Educação Infantil.

### THE HISTORICAL PROCESS OF CHILD EDUCATION

**ABSTRACT:** For many centuries, the education of the Brazilian child remained under the responsibility of the family, especially of the mother, given that the ‘daycare institution’ only emerged at the end of the 19th century, due to the processes of industrialization and urbanization. In this perspective, the present text has the purpose of highlighting and analyzing the main historical facts related to the emergence and implantation of Early Childhood Education in Brazil in light of the basic assumptions presented by KUHLMANN JR. (2000), NASCIMENTO (2015) and OLIVEIRA (1992, 2005). In the state of Goiás and in the city of Anápolis -GO, the theoretical data are highlighted by PERES (2012), BARBOSA (2008), FONSECA (2014), SILVEIRA (2013), TOSCHI and ANDERI (2007), and FERREIRA .

**KEYWORDS:** Basic Education. Public policy. Child education.

### INTRODUÇÃO

Durante muitos séculos, a educação da criança brasileira permaneceu sob a responsabilidade da família, principalmente da mãe, haja vista, que a criação ‘creche’ surgiu

no país, somente no final do século XIX, decorrente dos processos de industrialização e de urbanização.

Nesse direcionamento, tendo como referência que, até o século XIX não existia, praticamente, instituições de educação no Brasil destinadas às crianças, como creches ou parques infantis que faziam atendimento a crianças pequenas.

Desse modo, questiona-se? Como se deu o processo histórico da Educação Infantil no Brasil, no Estado de Goiás e na cidade de Anápolis enquanto primeira etapa da educação básica?

Para isso, durante o estudo buscar-se-á: Revisar teoricamente como se deu o processo histórico da Educação Infantil no Brasil, enquanto primeira etapa da educação básica; Destacar e analisar quais os principais fatos históricos que contribuíram para a implantação da Educação Infantil no estado de Goiás e na cidade de Anápolis.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As concepções de educação infantil variam de acordo com a classe social atendida, visto que os educadores responsáveis pela política pública e os familiares possuem expectativas diversas

Apresenta assim, duas concepções distintas: a primeira seria a expectativa de que a creche seria o local que garantiria as necessidades básicas, enquanto os pais podem trabalhar tranquilamente; e a segunda, estariam preocupados em garantir o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Segundo Oliveira (2011, p.38-39):

Na defesa de um modelo democrático de educação – que não viabilize, ainda que de forma indireta, formas de marginalização e exclusão de crianças de segmentos sociais distintos desprovidos do acesso a uma educação de qualidade, a creche e a pré-escola devem ser encarregar de educar meninas e meninos provenientes de diferentes culturas, levando-as em conta para poder articular convenientemente os diversos contextos de vivência e desenvolvimento.

Desse modo, a educação infantil pode oferecer alternativas à força padronizadora, daqueles milhões de crianças que ficam expostas, sendo apresentadas de forma tão diversa de sua cultura.

A heterogeneidade de tradições históricas, culturais e políticas permitem que este sistema de ensino apresentem percentuais de crianças atendidas na instituição, níveis distintos de investimentos, princípios pedagógicos e os objetivos almejado.

## 1 | A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

No Brasil, até o século XIX, não existia praticamente instituições de educação destinadas às crianças, como creches ou parques infantis que faziam atendimento a crianças pequenas. É importante ressaltar que ao longo das décadas foram surgindo arranjos para atender as classes menos favorecidas, como as instituições religiosas,

por exemplo.

No meio rural, as famílias de fazendeiros assumiam os cuidados de crianças órfãs ou abandonadas, muitas delas frutos de exploração sexual, das mulheres negras ou índias. Já na zona urbana, por mais de um século, as crianças abandonadas por mães consideradas de famílias legítimas, eram recolhidas na ‘Roda dos expostos’ ou Roda dos Excluídos’ se constituindo em “[...] uma instituição de assistência às crianças abandonadas mais duradoura no Brasil, sendo extinta somente em 1950” (NASCIMENTO, 2015, p. 17441).

Essa ‘roda’, segundo Gallindo (2006, s/n):

[...] se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela das igrejas e nas Casas de Misericórdia, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências das mesmas, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada.

Na metade do século XIX, essa situação mudou com a abolição da escravatura e a migração para a cidade, surgindo melhores condições para o desenvolvimento cultural e tecnológico acarretando mudanças nas classes sociais.

Entretanto, com o fim da escravatura surgiram problemas relacionados ao abandono de crianças e a busca de novas soluções para os problemas da infância, como: a criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como locais destinados à criação de crianças pobres.

Ao longo do século XIX houve um deslocamento da ‘caridade’ para a ‘filantropia’, substituindo as ações religiosas pela assistência social, demonstrando uma preocupação maior com a criança.

O ideário liberal nesse século reunia condições para que fossem assimilados no país as ideias do Movimento Escola Nova trazido para o Brasil, com as influências Americanas e Europeias, ao qual ganhou maior impulso na década de 1930.

Uma das influências desse ideário refere-se à criação dos ‘Jardins de Infância’, que gerou muitos debates políticos na época, pois, alguns os identificavam como as casas de asilo, como locais de guardar a criança, outros defendiam a implantação dessas instituições de ensino, afirmando que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil.

Nesse contexto, o cerne da discussão estava no fato de que se tinha o objetivo de caridade e era destinado às camadas mais pobres não deveria ser mantido pelo poder público.

Porém, enquanto ocorria esse debate, no Rio de Janeiro em 1875 e São Paulo em 1877 foram criados os primeiros jardins de infância privados, somente alguns anos depois surgiriam os jardins de infância público.

Em uma exposição, de cunho pedagógico realizada no Rio de Janeiro em 1885, os Jardins de Infância foram confundidos com casas de asilo e como o início de uma escolaridade precoce, considerada prejudicial por retirar a criança muito cedo de seu ambiente doméstico, admitindo somente aqueles que eram filhos de mães



trabalhadoras (OLIVEIRA, 2011).

Após a Proclamação da República, no ano de 1889, segundo a autora ocorreram muitas iniciativas isoladas que promoviam a proteção à infância. Porém, os primeiros espaços destinados para o cuidar das crianças pequenas foram instituídos com uma visão de prestação de serviços, ou seja, um ato de caridade.

Foram fundadas por empresas particulares o Instituto de Proteção e Assistência à Infância em 1899, precedendo a criação em 1919 do Departamento da criança, que já foi uma iniciativa governamental que possuía preocupações com a saúde pública.

A partir dessa época, surgiram uma série de escolas infantis e jardins de infância. Contudo, grande parte dos investimentos nessa época estavam concentrados no ensino primário, que atendia somente parte da população.

No ano de 1908 foi instituída a primeira escola infantil em Belo Horizonte, em 1909 no Rio de Janeiro o primeiro jardim de infância municipal. Levantamentos feitos entre 1921 e 1924 constaram que houve um crescimento de 15 para 47 creches e de 15 para 42 jardins de infância em todo o país (KUHLMANN JR., 2000, p.481).

As conquistas ao longo dessas décadas não foram feitas sem conflitos. Os movimentos feministas que surgiram nos Estados Unidos contribuíram significativamente, para a mudança desse enfoque, com vista à defesa referente à fundação efetiva das creches e pré-escolas, deveriam ser para crianças de todas as classes, devido a mudança no mercado de trabalho, com aumento da industrialização e a entrada da mulher de classe média na empresa.

Nos centros urbanos aumentava os processos de urbanização e de industrialização. Os homens estavam cuidando das lavouras nos campos e devido a isso a organização familiar mudou, pois, as indústrias começaram a contratar mulheres e cada trabalhador era considerado como uma unidade produtiva. Contudo, não se considerava ainda o problema dos cuidados com filhos das operárias.

As mães encontraram, então, soluções emergenciais, deixando seus filhos com mulheres que propunham cuidar das crianças em troca de dinheiro, chamavam elas de 'criadeiras', mais estigmatizadas como 'fazedoras de anjos', devido à alta taxa de mortalidade, explicada ao fato da precariedade das condições higiênica e materiais (OLIVEIRA, 2011).

No início do século XX, a participação da mulher devido a contratação de mão de obra pelos imigrantes europeus, fez surgir algumas respostas aos problemas da mulher operária, por embates entre patrões e trabalhadores, não sendo vista como um dever social, mas como um favor prestado (OLIVEIRA, 2011).

Os imigrantes trabalhadores mais politizados buscavam sindicatos para organizarem movimentos e lutarem devido ao modo de vida e trabalho que estavam submetidos, seriam: os baixos salários, jornada de trabalhos bastantes extensivas, trabalho infantil, ambiente insalubre, etc.

Entre essas reivindicações estavam os locais em que as mães poderiam deixar seus filhos. No entanto, os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir

a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais, propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores e buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários.

Deve-se destacar que o fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância organizadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. Porém, buscavam enaltecer que a mulher ideal estava voltada para o lar e que as creches eram medidas paliativas (OLIVEIRA, 2011)

As pressões feitas aos donos das indústrias logo foram dirigidas para o Estado, atuando como força de pressão para a criação das creches e salas de amamentação próximo aos locais de trabalho facilitando a jornada das empregadas.

A segunda metade do século XX, características do sistema econômico adotado, impedia condições de vida satisfatórias, ao mesmo tempo as mudanças na industrialização permitiram aumento da participação das mulheres. Assim, creches e parques infantis passaram a ser procurados também por mulheres do comércio e funcionárias públicas.

O resultado desses movimentos consistiu no aumento significativo no número de instituições infantis geridas e mantidas pelo poder público. O movimento era baseado na teoria da privação cultural.

Com a crise do sistema oligárquico e a expansão das atividades industriais na década de 20, culminaram em uma revolução com características burguesas; surgiu em 1922 no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à infância, com as primeiras regulamentações de atendimento as crianças pequenas em escolas maternais e jardins de infância.

Nesse mesmo contexto, educadores buscavam defender a qualidade do trabalho pedagógico e a revolução pedagógica conhecida como ‘Escolanovismo’. No ano de 1924, os educadores interessados no movimento das Escolas Novas fundaram a Associação Brasileira de Educação (ABE).

Em 1932 surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação, que defendia a “educação como função pública, a existência de uma escola única e da coeducação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo na salas de aula e de o ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório” (OLIVEIRA, p.98).

No período de 1940 a 1960, devido os conflitos no âmbito nacional surgiram medidas políticas populistas, como em 1942 o Departamento Nacional da Criança parte do Ministério da Educação e Saúde, criando a ‘Casa da Criança’.

Na década de 40 foi prosperado iniciativas referente a área da saúde, previdência e assistência. Esta época foi dominada pelo higienismo, filantropia e a puerilcultura na educação de crianças pequenas.

Percebe, que na década de 20 até a década de 50, poucas creches que não eram ligadas as indústrias eram responsáveis das entidades filantrópicas laicas e religiosas, passando em pouco prazo a receber ajuda do governo para desenvolverem seu trabalho.

Na década de 1970 no Brasil já era considerado que o atendimento feito às crianças possibilitaria a superação bastante precária das condições sociais. Kramer (1995) *apud* Paschoal e Machado (2009), afirmam que a ideia de que crianças oriundas de classe baixa são desprovidas de acesso à cultura, carentes, deficientes ao que se diz respeito ao fato de não estarem no padrão estabelecido.

Com o intuito de ‘compensar’ esses quesitos, a pré-escola iria funcionar como mola propulsora para superar deficiências de saúde, nutrição e escolares.

Ambas as classes começaram a receber atendimento diferente. Enquanto a classe menos favorecida, que estava nas instituições públicas recebia um tratamento voltado para ideia de carência e deficiência, as classes sociais mais abastadas, de instituições particulares que funcionavam somente meio turno e de cunho pedagógico, privilegiava a criatividade e a sociabilidade (OLIVEIRA, 2011).

Com o surgindo desse atendimento, iniciou-se a regulação dessa etapa de ensino, por meio das legislações. Segmentos diversos começaram a visar que fosse assegurado na Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988 princípios e obrigações do Estado para com as crianças, sensibilizando os parlamentares foi assegurado na Constituição Federal Brasileira o direito das crianças à educação infantil.

## 2 | A EDUCAÇÃO INFANTIL EM GOÍAS

Desde o surgimento do primeiro Jardim de Infância no Brasil, no ano de 1875 pela iniciativa privada surge um debate em relação a necessidade e importância da educação para o público infantil.

Como afirma Peres (2012), nas décadas de 20 e 30, o atendimento às crianças em idade pré-escolar ganhou impulso. Desse modo,

No tocante a criação e melhoria das instituições que atendiam à infância, uma concepção nova tinha por prioridade a necessidade da criança, incentivar sua aprendizagem e seu desenvolvimento psicológico e social, somando-se esses objetivos a assistência médico-higienista. A renovação dos métodos de ensino, a preocupação com a estrutura e a organização das instituições educativas, como também a formação e professores representavam os principais motivos para as novas iniciativas diante da educação nacional (p.3).

Em Goiás, o jardim de infância ganhou regulamento com o surgimento da esfera pública ao se unir à escola primária, ou seja, passa a ser condição para a escola primária. A partir da Lei n. 851 de 10 de julho de 1928, o Governo foi autorizado a criar jardins de infância, o primeiro foi instituído na Escola Normal da Capital, em 13 de julho de 1929.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento, não só dos alunos, como

também da sociedade goiana como um todo foi elaborado o 'Regulamento e Programa do Jardim de Infância' instituído por meio do Decreto nº. 9.951 de 1928 assinado pelos representantes da Capital, Brasil Ramos Caiado e Cezar da Cunha Bastos. Esse documento assegurava,

[...] o desenvolvimento de faculdades mentais por atividades adequadas, despertar o espírito observador, desenvolver a atenção e da aptidão motora, preparar a criança para receber instrução primária, regras de etiqueta, etc. (GOYAS, 1928, p.4-5).

No ano de 1930 foi lançado um novo documento o 'Regulamento do Ensino Primário em Goyaz', por meio do Decreto n. 10.640 de 13 de fevereiro, no período de mandato de Alfredo Lopes de Moraes, que trata dos diferentes graus de ensino primário, do jardim de infância, forma de funcionamento e de adoção do Programa.

Essas especificidades estão contempladas na Parte I - do Ensino em Geral, Título III - Da distribuição do ensino e no Capítulo I - Jardim de Infância, Arts, 4º à 14º. No Art. 9º, desse Programa são publicadas as finalidades, em consonância das ideias propagadas por Froebel:

Art. 9º - O Jardim da Infância compreende três períodos e tem por fim:

- a) dar à criança antes dos 7 anos a ideia e noção das cousas pela via dos sentidos;
- b) ao ensino, desde o início, um caráter puramente sensorial e cuidar do desenvolvimento da atenção e aptidão motora;
- c) estimular as atividades espontâneas e livres da criança induzindo-a a tentativas e experiências, banidas as imitações e reproduções servis;
- d) desenvolver gradativamente as faculdades, por meio de exercícios adequados sobre objectos e seres familiares ao espírito infantil;
- e) imprimir o gosto do bem e da verdade, por meio de historietas próprias e acessíveis à compreensão da criança;
- f) despertar o espírito de observação da criança, estimular a sua imaginação e satisfazer os interesses próprios de sua idade;
- g) aproveitar os objectos da natureza para desenvolver as atividades ocultas da criança; h) apresentar à criança um programa de ideias associadas pelo princípio do centro de curiosidade;
- i) cultivar e desenvolver os dons de linguagem e de expressões, por meio de jogos vocaes, que apelem para os interesses instintivos da criança;
- j) cuidar da educação do ouvido, para a percepção e compreensão das gradações dos sons, que despertem a atenção infantil;
- k) preparar a criança para receber com proveito a instrução primária, iniciando na leitura, escrita, desenho, calculo, por meio de brinquedos apropriados;

l) combater os automatismos e trejeitos inúteis, servindo-se, para esses fins, de exercícios variados e ocupações úteis em todos os momentos livres;

m) não intervir na atividade infantil, senão para disciplina-la, corrigi-la e orientá-la, para o fim de formação dos primeiros hábitos morais, higiênicos e educativos. (GOYAZ, 1930, s/n).

**Percebe-se que, a criação e institucionalização do Jardim de Infância vislumbra a perspectiva de uma escola, como uma instituição transformadora da sociedade que visava promover o desenvolvimento da educação do Estado, por meio da educação, no âmbito de reconstrução educacional nacional. Dessa forma,**

[...] mais importante do que a simples presença física do Jardim da Infância foi o espírito que o animou. Os objetivos propostos Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão 155 visavam a formar a criança de “dentro para fora” e não amoldada em um “modelo tradicional”. No plano teórico, a filosofia que o embasava era a da escola nova, caracterizando-se pela atenção devotada à criança, “banidas as imitações e reproduções servis”. O aprender descobrindo e o estímulo às iniciativas espontâneas do educando deveriam encontrar oportunidade de afirmação nas atividades curriculares, que, fiéis à filosofia da escola, se apoiavam em material didático especializado. A iniciação na leitura, escrita, desenho, e cálculo, procedida através de brinquedos e jogos especiais, constituía a base de conhecimentos a serem ministrados”. (PERES, 2012) *apud* SILVA, 1975, p.243).

**É perceptível, pois, que nas décadas de 20 e 30, no Estado de Goiás:**

[...] a regulamentação do Jardim de Infância parte do pressuposto da implantação de regras comportamentais para o estabelecimento de um padrão de conduta em consonância com as expectativas sócio-políticas, bem como com as concepções pedagógicas que configuram a educação das crianças nos anos 1920 e 1930, caracterizando o processo civilizador em curso não só no estado, como também no Brasil (PERES, 2012, p.162).

**Deve-se ressaltar que na década de 30 ocorreu a transferência de local da capital do Estado, em meio a Revolução de 30. Os responsáveis pela ideia de transferência da capital, argumentavam o sucesso que outras capitais obtiveram com a mudança para uma nova capital, sustentando a perspectiva de um progresso advindo destas mudanças, mas,**

[...], contudo a revolução de 1930 em Goiás trouxe ainda que de forma tardia, uma grande mudança no campo político, que com isso provocou mudanças bastante significativas para a economia e a cultura do Estado em geral e suas regiões vizinhas (COSTA, 2008, p. 39).

**Nesse mesmo período, especificamente no ano de 1932, ocorriam movimentos envolvendo vários intelectuais que vislumbavam a implantação de novas propostas para educação brasileira por meio do movimento da Escola Nova que, segundo SAVIANI (1999, p.19):**

[...] começa, pois, por efetuar a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la, primeiro através de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares.

As primeiras creches da nova capital: 'Anália Franco' criada somente no ano de 1958 e a creche 'Obra do Berço', no ano de 1967. Ambas foram criadas por entidades filantrópicas. Nas bases dessas propostas expressa-se a ideia de uma instituição atrelada a prestação de serviço e favores.

Mesmo não mostrando interesse real, as políticas públicas implantadas nas décadas de 70 e 80, forneceram elementos relevantes para a criação de mais duas instituições de educação infantil, a 'Creche Tio Romão' e o 'Centro Infantil Tio Oscar' (BARBOSA, 2008).

Na década de 1980, por meio de ações governamentais foram instituídas a 'Casa da Criança' e o 'Projeto Creche' no ano de 1984, pela Fundação dos Legionários do Bem-Estar Social que pretendiam proporcionar atividades de crianças de 3 à 5 anos, oriundas de famílias de média e baixa renda (BARBOSA, 2008).

Nesse mesmo tempo, especificamente, no ano de 1987 foi criada a 'Comissão Estadual de Creches' e muitos vários órgãos estaduais foram extintos, cujas ações destinadas à essa etapa de ensino passaram a ser controladas pela Fundação de Promoção Social que ampliou a quantidade de creches e criou os 'Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs), em 1988.

Essa mesma entidade decidiu criar uma programação alternativa, passando o atendimento para um período de seis horas, o atendimento nas creches, influenciada pelos Organismos Multilaterais, dentre esses: a ONU - Organização das Nações Unidas, UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Esses organismos, segundo Decicino (2013, s/n):

[...] também chamados de instituições multilaterais são entidades criadas pelas principais nações do mundo com o objetivo de trabalhar em comum para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas da atividade humana: política, economia, saúde, segurança, etc.[...] São constituídas por meio de tratados ou acordos, têm a finalidade de incentivar a permanente cooperação entre seus membros, a fim de atingir seus objetivos comuns.

Rosemberg (2002) e Marquez (2006) afirmam que as concepções acerca da infância, da cultura e da educação infantil que uma das recomendações expressas nos documentos elaborados por esses organismos refere-se ao redirecionamento e redução de aplicação dos recursos para a educação de crianças pequenas.

Essa decisão resultou na exclusão desta temática do planejamento das ações locais e nacionais que excluíram do planejamento, as demandas da educação de crianças menores de sete anos (BARBOSA, 2008).

A década de 90 se constituiu no marco das políticas estaduais em Goiás, cuja ênfase era "[...] a criação de programas que não se destinam o atendimento da infância pequena e às creches" (BARBOSA, 2008, p.384).

Entretanto, a partir do ano de 1999, com a posse de um novo governo, as unidades escolares passaram a contar com um número reduzido de funcionários e suspensão de verbas para educação infantil, agravando ainda essa etapa de



ensino, no que se refere à qualidade de educação oferecida e a redução do número de vagas dessas unidades de ensino, em um mesmo período em que ocorria a promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, transferindo a responsabilidade do ensino infantil do estado para o município.

Analisando a história da educação infantil em âmbito nacional e estadual é possível perceber que, em vários momentos essa etapa de ensino foi desconsiderada, minimizando sua importância e a oportunidade de proporcionar um melhor aprendizado às crianças.

Entretanto, de acordo com Barbosa (2008, p.390):

[...] diante das inúmeras investidas pela privatização desse direito e, ainda, por causa da atitude dúbia em relação à educação infantil quanto aos recursos a ela destinados e à qualificação de seus profissionais, é preciso discutir e incentivar a ação autônoma de conselhos estaduais, municipais e de outros fóruns, a fim de defenderem de modo sistemático e efetivo a qualidade da educação infantil.

Nesse sentido, percebe-se que a institucionalização e a criação dos Jardins de Infância, especificamente em Goiás vislumbrava a busca de um processo educativo que iria proporcionar a transformação da sociedade, a partir da educação das crianças.

Devido a transferência de capital, a instituição de novas legislações, as mudanças de âmbito responsável, como também, a visão de uma sociedade melhor partindo da infância foi substituída pela ideia da necessidade da organização de locais onde crianças pequenas poderiam ficar, serem cuidadas e educadas, enquanto os responsáveis trabalham.

### **3 | A EDUCAÇÃO INFANTIL EM ANÁPOLIS**

Esse tópico trata sobre o percurso da educação básica na cidade de Anápolis, tendo como foco principal, o surgimento da Educação Infantil, por meio da implantação dos primeiros Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Contando com uma autonomia e uma junta administrativa, os cidadãos da Vila de Santana das Antas, elevou-a à categoria de cidade, a partir do Decreto-Lei 320, em 31 de julho de 1907, pelo então presidente do Estado de Goiás Miguel da Rocha Lima; passou a ser denominado de Anápolis, cidade de Ana (SILVEIRA, et.al, 2013).

A educação na cidade iniciou as aulas de primeiras letras em 1873, para os homens adultos a noite. Para as mulheres as aulas iniciam somente em 1891.

O primeiro grupo escolar possuía o nome de “Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado”, atendendo cerca de 180 alunos de ambos os sexos. Após a queda do governador em 1930, o grupo passa a se chamar “Grupo Escolar 24 de Outubro”, referente ao fato da democracia instalada no país.

Não sendo suficiente mais o espaço, foi transferido para um local mais periférico

e passou a ser chamado de ‘Grupo Escolar Antesina Santana’. Atualmente, o prédio escolar é patrimônio tombado, isto é, patrimônio histórico da cidade.

Até o ano de 1925, os jovens possuíam somente duas opções, interrompiam os estudos após o término da escola primária ou iam para os internatos da capital, para terminar os estudos. Para suprir essa falta, é criado em 27 de fevereiro deste ano, a escola secundária “Instituto de Ciências e Letras”, ministrando o curso normal, primário e complementar.

A Escola Normal veio substituir o Instituto. Porém, funcionou até 1937 após um trabalho de convencimento e interesses de alguns cidadãos anapolinos em ter uma escola que recebesse as meninas e obterem nela instruções religiosa (TOSCHI; ANDERI, 2007), contrapondo-se ao que acontecia em nível nacional com o Manifesto dos Pioneiros. Chamava-se “Normal Nossa Senhora Auxiliadora” e no ano 1943 passou a ser chamado “Ginásio Auxilium”.

O ensino secundário para homens foi fundado em 1939 e chamava-se “Ginásio Municipal Salesiano de Anápolis”. Segundo registro de Ferreira (2011), o primeiro jardim de infância foi fundado em 1943 denominado de “Jardim de D. Tarcila” e, outro iniciado em 1952 foi a “Escolinha de Dona Lena” que funcionou até o ano de 1979, mas ambos particulares.

Vê-se que a diferença da criação do primeiro jardim de infância de Goiás, datado de 1929 e o primeiro da cidade de Anápolis fundado em 1943, vê-se uma pequena diferença de 14 anos e, na década de 60, a Aliança Municipal Espírita de Anápolis, contribuiu no âmbito da assistência social, com instituições filantrópicas, que buscavam educar e acolher as crianças, como a ‘Casa da Criança’ Iguamente,

Neste mesmo período, surgem instituições de caráter filantrópico, tem-se a fundação da Casa da Criança que teve seu início em 1957, atendendo as mais variadas idades. Também há registro do início do Patronato Madre Mazzarello, que atendia a princípio, meninas órfãs, por volta do ano de 1955, o trabalho era realizado pelas irmãs salesianas, em 1987, a instituição deixa de atender em caráter de internato e passa atender crianças e adolescentes em modo de semi-internato, hoje é uma escola conveniada de Anápolis (SILVEIRA, et al., 2013, p.12).

Percebe-se que, durante o final do século XIX, as primeiras décadas do século XX em Anápolis, foram implantadas instituições gratuitas que atendiam a educação das crianças pequenas, acompanhando a concepção médico-higienista implantada no país, perdurando por muito tempo a ideia de assistência a educação dos pequenos (SILVEIRA, et.al, 2013).

A autora destaca que mudanças começaram ocorrer somente no ano 2000, devido lutas que já ocorriam na década de 80, por meio de manifestações populares que aclamavam pela democracia e pela a garantia do direito de acesso e de permanência das crianças em instituições escolares e,

[...]. Isso se deveu ao fato das lutas históricas empreendidas na década de 1980 com as diferentes mobilizações[...], pela garantia dos direitos sociais inclusive direito [...] das crianças pequenas em instituições educacionais. Isso

se evidenciou na aprovação da Constituição Federal de 1988 que apresenta [...] a conquista do campo da educação da criança pequena que institui a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica (p.13).

Antes do surgimento do primeiro jardim de infância, as instituições consideradas preponderantes para a evolução do processo educativo em Anápolis estavam direcionadas às instituições destinadas ao ensino ginasial, dentre essas, o “Ginásio Escolar Antesima Santana” e o “Instituto de Ciências e Letras”. Durante um tempo a educação infantil foi deixada de lado, sendo os responsáveis pelo ensino pouco preparado.

A partir da década de 1990 houve uma melhoria significativa nessa área, com o concurso para professores da educação infantil e a formulação e promulgação do PME (Plano Municipal de Educação), considerando o aumento do número de instituições destinadas, especialmente, ao atendimento de crianças em idade pré-escolar (educação infantil).

Conforme informações do Conselho Municipal em Anápolis, até o ano de 2002, haviam outras instituições que atendiam as crianças entre 0 e 6 anos, isso no âmbito de assistência social seria:

- CMEI Jandira Bretas, de 02 de agosto de 1986.
- CMEI Dona Íris Araújo Rezende de Machado, de maio de 1988.
- CMEI Maria Capuzzo Cremonez, de outubro de 1986.
- CMEI Gracinda Maria da Silva, de 18 de setembro de 1989.
- CMEI Professora Retriever Tipple Batista, de fevereiro de 1990
- CMEI José Epaminondas Rorez, de 01 de junho de 1986.
- CMEI Cibele Teodoro Telles, de 1987.
- CMEI Desembargador Air Borges de Almeida, de 1991. (SILVEIRA, et.al, 2013, p. 13-14).

A Secretaria Municipal de Educação passa a ser responsável pela educação infantil em 2002, criando o Departamento da Educação Infantil (SILVEIRA, et.al, 2013).

Em 2003 foi realizado concurso para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, porém, principalmente nas instituições de educação infantil continuaram ainda, com profissionais sem habilitação específica para etapa de ensino.

No ano de 2006, em atendimento aos princípios expressos na Lei Federal 10.172, a SEMED elaborou o Plano Municipal de Educação (PME), como uma das metas previstas no PNE - Plano Nacional de Educação (2001-2011), trazendo em cena as propostas para a educação básica. Desse modo,

O documento em consonância com a legislação nacional e estadual destaca a educação infantil como direito da criança, sem qualquer tipo de distinção. Traz também a ideia de que o cuidar e o educar são elementos indissociáveis na promoção do desenvolvimento integral das crianças (SILVEIRA, 2013, p. 14).

O PME de Anápolis de 2006 era composto por: “oito metas para a Educação exigindo a adequação das unidades num prazo de 03 anos após a aprovação. Exigia-se também que para atuar na educação infantil o profissional deveria ter formação conforme preconizava a LDB\1996” (SILVEIRA, et al., p. 14-15)

De acordo com informações da Gerência de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, que acompanha e orienta as instituições de educação infantil pública e privada, no ano de 2013 encontravam em funcionamento (16) dezesseis CMEIs, onze (11) CEIs (Centros de Educação Infantil) e três (3) escolas (pré-escola) e o departamento de educação infantil, atendendo 3.420 crianças.

Em 2015 foi apresentado outro PME, sancionado pelo prefeito João Gomes, com validade de 20 anos, sendo que as metas e as estratégias traçadas nesse documento são direcionadas, tanto para a Educação Infantil como para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Segundo informações contidas no *site* da Prefeitura Municipal de Anápolis (<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/>), a cidade conta atualmente com 28 CMEIs e 12 Centros de Educação Infantil Conveniado (CEI).

Observa-se, portanto, que Anápolis passou por extrema evolução, tanto no espaço territorial, étnicos como industrial e educacional. Dessa forma, vê-se que o município de Anápolis não possuiu uma história muito diferente daquela ocorrida em âmbito nacional relativa às primeiras instituições de ensino para as crianças pequenas eram privadas ou filantrópicas.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo possibilitou intensificar que o processo histórico da Educação Infantil, abordando aspectos históricos do âmbito nacional, histórico e municipal vê-se que percorreu-se um extenso caminho este nível da educação básica até chegar a vê-se que percorreu-se um extenso caminho essa etapa de ensino até chegar a estrutura atual.

Desse modo, a como foram modificando suas bases, deixando de ter características assistencialistas, passando a adquirir um papel de instituição de ensino atual, como etapa integrante da educação básica, especificamente, a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, ganhando suas próprias referências, leis e diretrizes curriculares.

## REFERÊNCIAS

ANÁPOLIS, Prefeitura de Anápolis. Secretaria de Educação de Anápolis. **Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/>. Acessado em: 10.abril. 2018.

BARBOSA, Ivone Garcia. **Políticas para a educação infantil em goiás**: Historicidade e implicações para a formação em pedagogia. Disponível em: [https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/4\\_BARBOSA\\_Ivone\\_Garcia.pdf](https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/4_BARBOSA_Ivone_Garcia.pdf). Acessado em: 29. mar.2018.

BARBOSA, Ivone Garcia. **Das políticas contraditórias de flexibilização e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da Educação Infantil em Goiás**. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 33 (2): 379-393, jul/dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/viewFile/5273/4690>. Acessado em: 29.mar. 2018.

DECICINO, Ronaldo. **Organizações internacionais**: Conheça as principais instituições multilaterais (2013). Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/organizacoes-internacionais-conheca-as-principais-instituicoes-multilaterais.htm>. Acessado em: 04.abril.2018.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis, sua vida, seu povo**. Anápolis, Kelps, 2011.

FONSECA, Lara Cariny Celestino. **Jardim de infância em Goiás (1928-1937)**: Educação e processo civilizador. Universidade Federal de Goiás Campus Catalão Programa de Pós- Graduação em Educação. 2014. s/n Disponível em: <ufg.br/tede/bitstream/3110/5/Fonseca%2c%Lara-2014-disser%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acessado em: 03.abril.2018.

FONSECA, Lara Cariny Celestino; PERES, Selma Martines. Jardim de infância em goiás: nas tramas do processo civilizador. Pág. 149-168 . In: **Seminário de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação da Regional Catalão (2.2014:Goiás)**. Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 2: Humanidades e Letras. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-111-4, DOI 10.5151/9788580391114-V2\_Cap9.

GALLINDO, Jussara. **Roda dos Expostos**. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_roda\\_dos\\_expostos.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm). Acessado em: 11. mar.2018.

GOYAZ. **Regulamento e programa do Jardim de infância de Goyaz**. Goyaz: Correio Oficial, 17 de setembro de 1928, nº 9951. Disponível em: [file:///C:/Users/Mauriane/Downloads/Goyaz%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mauriane/Downloads/Goyaz%20(1).pdf). Acessado em: 23. mar.2018.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz**. Goyaz: Correio Oficial, 15 de fevereiro de 1930. nº 1666. Ano LXXIV. Disponível em: <http://200.137.218.134/uploads/1/1/11406/pag1-12.pdf>. Acessado em: 23. mar.2018.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (ORG.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE** - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Antropologia 18, 202, 203, 207, 208, 211, 212

### C

Ciência 17, 72, 81, 97, 156, 247, 260

### D

Direitos humanos 91, 180, 212, 262

### E

Educação 36, 49, 52, 82, 85, 87, 89, 91, 94, 95, 120, 122, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 176, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 201, 236, 241, 242, 259, 260, 261, 263, 266

Empreendedor 106, 107, 114, 117, 120, 121

Estudantes estrangeiros 70, 81

Extensão universitária 84

### G

Gestão democrática 170

### I

Indígenas 202

### J

Justiça 190, 191, 199, 224, 231, 245, 246, 248, 249, 257, 260, 263, 264, 267

### M

Medicina 20, 52, 53, 54, 62, 137, 231, 233

### P

Poliomielite 63, 65, 66, 67, 69

Programa bolsa permanência 181

### R

Redução de danos 18

Robótica 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

## **S**

Saúde 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 31, 33, 34, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 76, 95, 97, 98, 104, 122, 126, 152, 231, 233, 234, 238, 239

Saúde mental 95, 104

Sustentabilidade 34, 90

## **T**

Terapia cognitivo-comportamental 36

Transtornos específicos de aprendizagem 36

## **V**

Vilipêndio 213, 216, 220

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-515-0



9 788572 475150